

**AG.REG. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
COM AGRAVO 768.606 RIO GRANDE DO SUL**

RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI
AGTE.(S) : CÁCIO LUIZ GIL
ADV.(A/S) : RICARDO COSTAMILAN E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL
INTDO.(A/S) : ELIO MASIERO
INTDO.(A/S) : MARGARETE GARCIA DA ROSA MASIERO

DECISÃO: 1. Trata-se de agravo regimental interposto contra acórdão cuja ementa é a seguinte:

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 619 DO CPP. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

A parte agravante repisa as razões de mérito do agravo interno e dos embargos de declaração. No mais, sustenta a prescrição da pretensão punitiva estatal.

2. É manifestamente incabível o agravo regimental interposto em face de decisão colegiada. O art. 317 do RISTF prevê a apresentação desse recurso tão somente contra decisões monocráticas "do Presidente do Tribunal, de Presidente de Turma ou do Relator". Nesse sentido:

"Agravo regimental no agravo regimental em ação rescisória. Inadmissibilidade. Descabimento contra decisão colegiada. Decisão do Plenário. Não conhecimento. Precedentes.

ARE 768606 AGR-ED-AGR / RS

1. A jurisprudência da Corte é firme no sentido de que não cabe agravo regimental contra decisão proferida por órgão colegiado desta Corte. Precedentes: AI nº 642.810/BA-AgR-ED, Segunda Turma, Rel. Min. Cezar Peluso, DJe de 27/2/09; AI nº 371.297/BA-AgR-ED-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ de 25/11/05; RE 370.734/RJ-AgR-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 24/6/05; RE nº 209.366/SP-AgR, Pleno, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 17/9/99.

2. Erro grosseiro, que afasta qualquer cogitação de fungibilidade da medida em embargos de declaração.

3. Agravo regimental não conhecido” (AR 1944 AG-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe de 8/9/2011)

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL VOLTADO CONTRA DECISÃO PROFERIDA POR ÓRGÃO COLEGIADO. DESCABIMENTO. PRECEDENTES.

1. É manifestamente incabível a interposição de agravo regimental contra decisão proferida por órgão colegiado. Precedentes.

2. Agravo regimental não conhecido.” (ARE 647.961 AgR-AgR, Rel. Min. AYRES BRITTO (Presidente), Tribunal Pleno, DJe de 30/11/2012)

3. Ademais, este é o terceiro recurso que, mais uma vez, não está apto a desconstituir o que ficou decidido ao não se conhecer do agravo em recurso extraordinário, em razão da sua intempestividade.

Este agravo, a exemplo dos declaratórios e do agravo interno anteriormente interposto, revelam-se inteiramente impertinentes, por não haver qualquer fundamento relevante e adequado que justifique a sua interposição. Com efeito, o comportamento da parte agravante mostra-se, na verdade, manifestamente descabido, demonstrando flagrante abuso de direito de recorrer ou de demandar e constitui-se em visível afronta ao dever de prestação jurisdicional. O propósito é o de, tão somente, postergar, indefinidamente, a formação da coisa julgada contrária aos

ARE 768606 AGR-ED-AGR / RS

seus interesses.

Para coibir práticas como essas, o Supremo Tribunal Federal, construiu, há tempos (RE 179.502 ED-ED-ED/SP, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Plenário, unânime, DJ de 8/9/2000), importante jurisprudência para dar concretude e efetividade a decisões inquestionavelmente insuscetíveis de alteração, como é o caso, a justificar, de forma excepcional, a execução da decisão independentemente da publicação do acórdão. Ao apreciar caso análogo (AI 818.606 AgR-ED-ED/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe de 14/5/2013), a Segunda Turma assim se manifestou:

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS DE DECISÃO MONOCRÁTICA. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. CARÁTER MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO. USO ABSUSIVO DO DIREITO DE RECORRER. POSSIBILIDADE DE IMEDIATO CUMPRIMENTO DA DECISÃO EMANADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL, A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DETERMINAÇÃO DE BAIXA IMEDIATA DOS AUTOS. I – Embargos declaratórios recebidos como agravo regimental, uma vez que opostos de decisão monocrática. II – O recurso interposto pelo recorrente possui natureza meramente procrastinatória, sem nenhum conteúdo jurídico que viabilize o seu conhecimento, tampouco o seu provimento. Tenta-se, na verdade, a todo custo, impedir o trânsito em julgado da condenação. III – A interposição de sucessivos recursos com finalidade meramente protelatória, autoriza o imediato cumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, independentemente da publicação do acórdão. Precedentes. IV – Embargos declaratórios recebidos como agravo regimental, a que se nega provimento. Determinação de baixa imediata dos autos à origem, independentemente da publicação deste acórdão.

ARE 768606 AGR-ED-AGR / RS

No mesmo sentido: AI 852.123 AgR-ED-ED/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 15/5/2013 e AI 458.072 ED-AgR-EDv-ED/CE, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Pleno, DJe de 27/2/2013.

4. Registre-se que o trânsito em julgado da ação penal ocorreu em 2/10/2012, data em que findado o prazo para a interposição do agravo em recurso extraordinário. Anote-se que a interposição de recurso extemporâneo não tem aptidão para obstar o trânsito em julgado da ação penal.

Por fim, tampouco ocorreu o transcurso do prazo prescricional entre a data do fato (28/06/2004) e o recebimento da denúncia (28/12/2007) e a sentença condenatória (30/11/2010), em razão da pena definitivamente imposta ao recorrente (1 ano e 2 meses).

5. Diante do exposto, não conheço do agravo regimental e determino a imediata restituição dos autos à origem para o cumprimento do acórdão recorrido.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro TEORI ZAVASCKI

Relator

Documento assinado digitalmente